

Racismo e Transexualidade: articulações interseccionais em debate

*Adeildo Vila Nova**

*Thiago Aranha***

RESUMO:

Este artigo propõe uma análise crítica sobre as interseções entre racismo e transgeneridade, situando o debate no campo do Serviço Social a partir das categorias marxistas e de uma perspectiva decolonial. A centralidade recai sobre a constituição da questão social e suas expressões vinculadas à exploração de classe, opressões de gênero, raça e sexualidades. Problematiza-se o modo como a sociabilidade capitalista estrutura múltiplas formas de desigualdades e violência contra corpos dissidentes, em especial corpos trans negros. Elegeu-se a pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar as análises que as subscrevem, cujo método de análise, privilegia e é subsidiada pelas categorias do materialismo histórico-dialético e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica sobre a atuação profissional comprometida com os direitos humanos e com a emancipação das populações oprimidas.

Palavras-chave: racismo; interseccionalidade; população trans; serviço social.

* Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente na Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8014-1804> E-mail: adeildo-vilanova@yahoo.com.br

** Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente na Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). <https://orcid.org/0000-0002-3326-3419> E-mail: thiagoranhas@gmail.com.

Racism and Transgender Identity: Intersecting Articulations in Debate

ABSTRACT:

This article proposes a critical analysis of the intersections between racism and transgender identity, situating the debate within the field of Social Work through Marxist categories and a decolonial perspective. The central focus lies in the constitution of the social question and its expressions linked to class exploitation and the oppressions of gender, race, and sexuality. It problematizes how capitalist sociability structures multiple forms of inequality and violence against dissident bodies, especially Black trans bodies. This study is based on documentary and bibliographic research, and the analytical method privileges and is grounded in the categories of historical-dialectical materialism. The aim is to contribute to critical reflection on professional practice committed to human rights and the emancipation of oppressed populations.

Keywords: racism; intersectionality, transgender population; social work.

Introdução

A construção social das desigualdades no Brasil é marcada por um histórico processo de colonização, escravização e normatização de corpos, cujos efeitos ainda se desdobram na contemporaneidade por meio do racismo estrutural, da transfobia institucional e das múltiplas formas de desigualdades. Neste cenário, a população transexual negra encontra-se na confluência de um sistema opressivo que opera simultaneamente, reforçando sua vulnerabilidade social, econômica e política. Refletir criticamente sobre essas intersecções é fundamental para compreender as formas específicas pelas quais o racismo e a cisnormatividade se entrelaçam e produzem violências múltiplas.

No Brasil, a realidade da população trans negra evidencia os efeitos letais dessa estrutura. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023) revelam que a maioria das vítimas de assassinatos de pessoas trans são negras e periféricas, o que evidencia que o genocídio da população negra se manifesta também nas corporalidades dissidentes de gênero. Assim, a população transexual no Brasil segue enfrentando uma realidade marcada por discriminação, preconceito e violência, em especial, quando se considera a interseccionalidade como ferramenta analítica e neste sentido

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove, entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identida-

de foi uma dimensão importante para o surgimento da interseccionalidade. Como forma de investigação e práxis críticas - é o caso, por exemplo, das negras brasileiras, que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas (Collins, 2021, p. 187).

E nesse sentido, pode-se observar que a contemporaneidade brasileira vai se construindo de forma marcada por um aprofundamento das expressões da questão social, que evidenciam a face brutal das múltiplas opressões estruturais que incidem sobre corpos dissidentes, sobretudo sobre corpos trans negros. Essa realidade não pode ser compreendida apenas a partir de uma análise segmentada, mas exige uma abordagem crítica da totalidade, que articule as dimensões de classe, raça, gênero e sexualidade como constitutivas da sociabilidade capitalista. O Serviço Social, enquanto profissão que se inscreve no campo das mediações entre o Estado e a sociedade civil, e que tem na questão social sua base fundante, é interpelado a posicionar-se frente às múltiplas formas de dominação que atravessam a vida de sujeitos historicamente subalternizados.

Cabe aqui, ressaltar que a população trans no Brasil, especialmente as pessoas negras e territorializadas em áreas periféricas, ocupa às margens da cidadania formal, enfrentando sistematicamente o desemprego estrutural, a exclusão escolar, o genocídio social e a marginalização institucional. Segundo o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides, 2024), o Brasil segue liderando o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, e mais de 80% dessas vítimas são negras. Assim, depreende-se que essa realidade não pode ser compreendida senão como expressão de um projeto social de extermínio, fundado na colonialidade do poder (Quijano, 2005), que articula exploração econômica com opressões de raça e gênero como dispositivos funcionais à acumulação capitalista (Marx, 2011).

O racismo, conforme destaca Gonzalez (1988), não apenas uma ideologia, mas uma tecnologia de dominação que estrutura a sociedade brasileira, produzindo subjetividades inferiorizadas e sustentando a manutenção das desigualdades materiais. Já a transgeneridade, ao romper com o binarismo de gênero e com a heterocisnormatividade hegemônica, representa uma ameaça à ordem normativa do capital, sendo alvo constante de patologização, violência e apagamento (Bento, 2006). Nesse cenário, a articulação entre racismo e transgeneridade não se dá de forma linear, mas sim interseccional, produzindo um campo complexo de múltiplas vulnerabilizações.

O conceito de interseccionalidade apresenta importantes elementos analíticos para compreender como as opressões de raça, classe, gênero e sexualidades se articulam de maneira indissociável, não como identidades simplesmente somadas, mas como re-

lações estruturais que produzem e reproduzem desigualdades nas condições de vida. Contudo, é fundamental ultrapassar uma leitura restrita, de caráter liberal ou meramente identitário, incorporando uma perspectiva crítica que vincule tais opressões às determinações do modo de produção capitalista e à persistência da lógica colonial de poder.

Nesse contexto, não se pode deixar de pensar tais questões pelo viés do modo de produção capitalista conforme apresenta Abramides (2021, p. 16) afirmando que,

O racismo tem um caráter de dominação econômica, ideopolítica e étnico-racial, portanto, é estrutural no modo de produção capitalista. As nações que vivenciaram a dominação colonial escravocrata, entre elas as da América Latina, reproduzem e mesclam a herança desse sistema em todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, que mantém e amplia as formas de exploração econômica e de segregação racial, eternizando o racismo estrutural originário da “[...] assim chamada acumulação primitiva”.

Neste contexto, o Serviço Social brasileiro, que desde a virada crítica da década de 1980 que alinha sua intervenção ao projeto ético-político fundado na defesa intransigente dos direitos humanos, na laicidade e na liberdade, é chamado a assumir uma postura antirracista, anticapacitista, feminista e antitransfóbica. Isso exige da profissão uma análise radical da realidade social, superando visões moralizantes e assistencialistas, e incorporando o enfrentamento das múltiplas opressões como parte constitutiva de sua práxis emancipatória (Iamamoto, 2008).

Assim, este artigo tem como objetivo analisar criticamente as articulações entre racismo e transgeneridade no contexto da sociedade brasileira, à luz das categorias do materialismo histórico-dialético e de uma perspectiva decolonial. Busca-se refletir sobre os desafios ético-políticos colocados à profissão de assistente social frente à intensificação das desigualdades estruturais e à necessidade de um posicionamento comprometido com a emancipação humana.

Racismo e o impacto na saúde dos corpos trans

O racismo por meio de seus fatores históricos mantém o processo de opressão aos corpos e de forma mais aprofundada quando tais corpos são racializados. A violência contra a população transexual negra é alarmante. Relatos de agressões, assassinatos e violações dos direitos humanos são frequentes. Muitas vezes, essas violências são motivadas por preconceitos raciais e transfóbicos, refletindo uma estrutura de poder que desvaloriza e exclui as pessoas transexuais negras.

Há no Brasil um mito poderoso. O da não violência brasileira. Esse mito foi construído desde muito cedo por nossa historiografia com a declaração de que a nossa história foi feita sem sangue. De fato, enquanto nas três Américas

a luta contra o colonialismo foi realizada por revoluções sangrentas, no Brasil bastou que o herdeiro da coroa portuguesa fizesse ecoar “num brado retumbante”, as célebres palavras “Independência ou morte!” para que julgássemos ter saído da condição colonial (Chauí, 2019, p. 36).

Seguindo esse debate, não se pode deixar de discutir o racismo e suas consequências profundas para a saúde mental, ao acesso à educação, ao emprego, à saúde e à segurança das pessoas transexuais, e aqui chama-se atenção para aquelas que são negras. Essas consequências são resultado da intersecção de múltiplas formas de discriminação e opressão. A seguir, apresentar-se-á, sucintamente, o que se compreende ser algumas dessas consequências em cada área:

Saúde Mental: O racismo e a transfobia afetam negativamente a saúde mental das pessoas transexuais negras. A exposição constante aos preconceitos, discriminação e violência podem levar ao estresse crônico, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. A falta de apoio social e a discriminação também podem levar ao isolamento, baixa autoestima e ideação suicida.

Acesso à Educação: Pessoas transexuais negras, muitas vezes, enfrentam barreiras no acesso à educação. Elas podem sofrer discriminação e *bullying* nas instituições de ensino, o que impacta seu desempenho acadêmico e seu bem-estar emocional. Além disso, a falta de políticas inclusivas e ambientes seguros nas escolas podem levar à evasão escolar e à limitação das oportunidades educacionais.

Acesso ao Emprego: O racismo e a transfobia podem criar barreiras significativas no acesso ao emprego para pessoas transexuais negras. Elas podem enfrentar discriminação durante o processo seletivo, salários desiguais, falta de oportunidades de promoção e ambientes de trabalho hostis. Esses obstáculos contribuem para altos níveis de desemprego e subemprego entre essa população, resultando em instabilidade financeira e desigualdades econômicas.

Acesso à Saúde: A discriminação racial e transfóbica impacta o acesso das pessoas transexuais negras aos serviços de saúde. Elas podem enfrentar dificuldades em encontrar profissionais de saúde capacitados e culturalmente sensíveis, além de enfrentarem estigma e discriminação dentro dos sistemas de saúde. Esses obstáculos limitam o acesso aos cuidados de qualidade, incluindo cuidados de saúde sexual e reprodutiva adequados, e podem resultar em disparidades de saúde.

Segurança: A combinação de racismo e transfobia coloca pessoas transexuais negras em maior risco de violência e abuso. Elas são frequentemente alvo de crimes de ódio, agressões físicas e emocionais, além de enfrentarem maior vulnerabilidade à

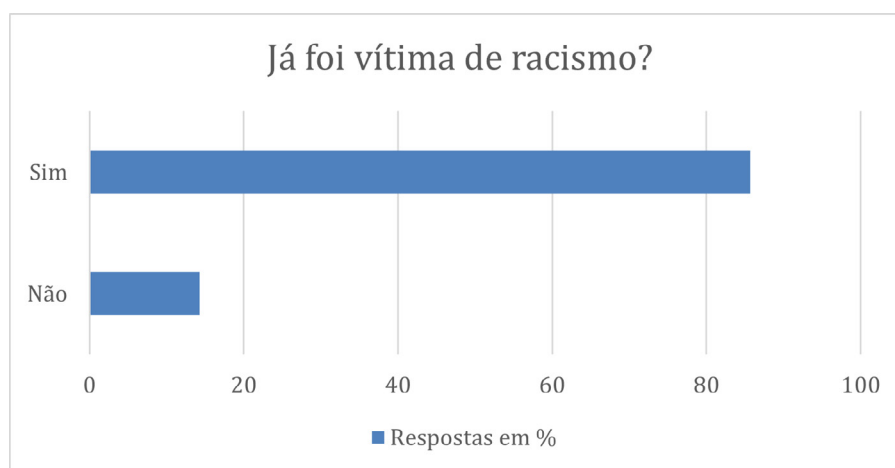
violência policial. A falta de proteção e apoio adequados das instituições de segurança e da justiça contribui para a sensação de insegurança e a violação dos direitos humanos dessas pessoas.

Assim, é fundamental reconhecer essas consequências e trabalhar para combater o racismo e a transfobia de maneira interseccional. Isso inclui a implementação de políticas inclusivas, a educação para a igualdade, a promoção de ambientes seguros e a conscientização sobre as necessidades específicas das pessoas transexuais negras em todas as áreas mencionadas.

Manifestações de racismo e transfobia

A população transexual no Brasil enfrenta formas específicas de racismo e transfobia que impactam suas vidas de maneiras profundas, a coleta de informações que subsidia o gráfico abaixo foi realizada por meio de questionário enviado de forma remota a um centro de acolhida para população trans em situação de rua na cidade de São Paulo para compor pesquisa na dissertação de mestrado no ano de 2023, com sistematização e tratamento dos dados conforme critérios analíticos previamente definidos. Ao se observar os dados que este gráfico apresenta, nota-se que 85,7% de pessoas trans entrevistadas em São Paulo já foram vítimas de racismo, evidenciando assim que a opressão para a população trans vai sendo atravessada por diversos marcadores sociais quando se analisa por meio da interseccionalidade.

Gráfico 1 - Pesquisa sobre violências contra travestis e transexuais na cidade de São Paulo.



Fonte: Santos (2023, p. 43).

Ao analisar o gráfico acima sobre travestis e transexuais vítimas do racismo, pode-se observar que os dados evidenciam a persistência de desigualdades estruturais que incidem de forma desproporcional sobre a população trans negra, expressando-se em

diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, afirma-se que o gráfico não apenas ilustra uma realidade empírica, mas revela determinações históricas e sociais que sustentam o racismo como elemento constitutivo das relações sociais no Brasil, reforçando a necessidade de sua articulação com a análise crítica desenvolvida ao longo do texto.

Nesse sentido, ressalta-se aqui, algumas das formas que se assimila ser mais comum de discriminação que afetam essa população: violência e assassinato; acesso à saúde; discriminação no emprego; exclusão educacional; estigma e preconceito social como explicitado anteriormente.

É importante destacar que a intersecção entre racismo e transfobia cria uma experiência ainda mais marginalizada para pessoas transexuais que também são negras. Essas formas específicas de discriminação e violência destacam à necessidade de ações afirmativas, políticas inclusivas e programas que potencializam um processo de conscientização para enfrentar o racismo e a transfobia, promovendo, portanto, a igualdade de direitos e oportunidades para a população transexual no país.

Essas iniciativas devem abordar as histórias, as culturas e as contribuições das pessoas trans e negras, além de combater estereótipos prejudiciais e promover a aceitação e o respeito mútuo. Torna-se nodal a capacitação Profissional em diversas áreas, como saúde, assistência social, justiça e segurança pública a fim de romper com a perpetuação da discriminação e exclusão desses grupos. Portanto, é necessário investir em treinamentos e capacitações sensíveis às questões raciais e de identidade de gênero, visando proporcionar um atendimento mais adequado, livre de preconceitos e discriminação.

Em suma, a falta de representatividade e políticas públicas adequadas são desafios significativos para a promoção da igualdade racial e inclusão efetiva das pessoas transexuais. É necessário um esforço conjunto da sociedade, governo, instituições e organizações para garantir a visibilidade, o reconhecimento e o respeito dos direitos.

Racismo e Transexualidade na Sociabilidade Capitalista

A compreensão das violências direcionadas à população trans racializada no Brasil exige uma análise que vá além de explicações individuais ou culturais. O racismo e a cisnormatividade, longe de serem desvios morais ou simples preconceitos, constituem dimensões estruturantes da sociabilidade capitalista dependente e periférica, herdeira do colonialismo, do escravismo e da heteronormatividade como formas históricas de dominação. Assim, observa-se que algumas divisões estruturais se entrelaçam e são fundantes dessa sociabilidade:

Partimos da concepção marxista de que as relações sociais se fundam por meio do trabalho. O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social fundada nas relações entre as classes; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a ela vinculadas (Cisne; Santos, 2018, p. 25).

Como aponta Fernandes (1978), a burguesia brasileira, ao incorporar tardiamente o capitalismo, preservou os resquícios coloniais como forma de controle social e racial, instaurando um padrão de modernização conservadora profundamente excludente.

O racismo moderno, conforme Quijano (2005), é um dos pilares da colonialidade do poder, ou seja, da forma como o capitalismo mundial se estruturou com base na classificação hierárquica das populações, produzindo uma divisão racial do trabalho e da vida. Esta colonialidade não se limita ao passado colonial: ela se perpetua no presente por meio de instituições, discursos e práticas que naturalizam a subalternização da população negra e indígena. Nesse sentido, o racismo não é apenas um efeito ideológico, mas uma condição material que organiza a exploração econômica e legitima a precarização da vida dos povos racializados.

Na sociabilidade capitalista periférica, marcada por uma dependência econômica e pela reprodução ampliada das desigualdades, os corpos trans e negros estão situados em uma posição de descarte, conforme denúncia Mbembe (2018) ao abordar a necropolítica. A política de morte aplicada a esses corpos se materializa nos altos índices de assassinato, desemprego, evasão escolar e falta de acesso às políticas públicas. Segundo a ANTRA (2023), em 2022 o Brasil registrou mais de 130 assassinatos de pessoas trans, sendo a maioria jovens, negras e periféricas, o que demonstra a seletividade da violência e a intersecção entre gênero e raça como marcadores da morte social.

Todas as pessoas produzem processos de identificação com diferentes elementos sociais: nos identificamos com um partido político, com uma nação, com uma descendência étnica racial, com uma etapa do ciclo vital e, portanto, também com um gênero (Ferreira; Irineu, 2024, p. 22).

E ainda,

Precisamos entender a identidade como um processo que, ao mesmo tempo, subjetiva o social e objetiva a subjetividade, ou seja, é criado por meio de um duplo “objetividade” (mundo externo) e “subjetividade” (mundo interno). Nesses termos é que entendemos a identidade como parte de um processo

social, já que acompanha o movimento da realidade e, por isso, não é estanque, nem algo de uma natureza ou essência cristalizadas; ela é consequência da atividade humana no movimento de produção da história (Ferreira; Irineu, 2024, p. 22).

Assim, a transsexualidade, enquanto dissidência da norma cisgênera, coloca em xeque o sistema binário de gênero que sustenta o modo de produção capitalista. Como afirma Bento (2006), os corpos trans produzem um colapso ontológico na matriz moderno-colonial de gênero, sendo por isso regulados, patologizados e eliminados. Para o capital, a normatização dos corpos e das identidades é fundamental para a reprodução das relações sociais, pois mantém a divisão sexual do trabalho e a naturalização da exploração reprodutiva e produtiva dos sujeitos.

O sistema capitalista demanda corpos disciplinados, produtivos e adaptáveis à lógica da mercadoria. A transgressão da norma de gênero e o desafio às hierarquias raciais expõem a irracionalidade dessa ordem, revelando que a exploração não se restringe à esfera econômica, mas atravessa o simbólico, o sexual, o afetivo e o epistemológico (Gonzalez, 1988). A crítica feminista decolonial de María Lugones (2014) é fundamental nesse debate, ao mostrar como o gênero foi racializado pelo projeto colonial europeu e como as pessoas indígenas e negras foram desumanizadas não apenas como força de trabalho, mas também como não sujeitos de gênero.

Essa interseção entre exploração econômica, racialização e cisnormatividade evidencia o caráter totalizante das opressões no capitalismo colonial-moderno. A realidade da população trans negra no Brasil não é, portanto, resultado de uma falha pontual do Estado ou da sociedade, mas expressão concreta da lógica estrutural da acumulação por expropriação, conforme destaca David Harvey (2004), que se atualiza permanentemente por meio da exclusão de determinados grupos do acesso à cidadania e ao trabalho.

A ausência de políticas públicas efetivas voltadas à população trans racializada, combinada à violência institucional e policial, à marginalização nos mercados de trabalho e educação e ao abandono estatal, compõe o cenário de precarização da vida que define a inserção dessas pessoas no capitalismo contemporâneo. Essa realidade impõe ao Serviço Social e às demais áreas das ciências humanas e sociais críticas o desafio de desnaturalizar tais processos e de construir estratégias de resistência a partir de uma práxis comprometida com a emancipação humana.

É necessário compreender que a luta antirracista e antitransfóbica, para além de demandas identitárias ou setoriais, está intrinsecamente vinculada à luta contra a totalidade do sistema capitalista. Como aponta Marilda Iamamoto (2008), à questão social

deve ser apreendida em suas múltiplas determinações, o que exige do Serviço Social uma intervenção fundamentada teoricamente e politicamente situada nas lutas históricas das classes trabalhadoras e dos sujeitos oprimidos.

Interseccionalidade Crítica: entre o marxismo e a decolonialidade

O conceito de interseccionalidade, embora amplamente difundido nas últimas décadas, tem sido frequentemente apropriado de forma superficial ou fragmentada, descolando-se de sua origem política insurgente e de suas bases materiais. Desenvolvida inicialmente por intelectuais negras como Crenshaw (2002) e aprofundada por Collins (2019), a interseccionalidade surge como uma crítica à incapacidade das teorias feministas brancas e das lutas antirracistas hegemônicas de compreenderem as múltiplas dimensões da opressão que afetam mulheres negras, pobres, e dissidentes de gênero. Contudo, à medida que o termo se popularizou, passou a ser instrumentalizado por abordagens liberais, reduzido a um modelo analítico de sobreposição de identidades, sem a necessária articulação com as estruturas históricas de dominação.

Para evitar esse esvaziamento político e teórico, é fundamental retomar a interseccionalidade a partir de uma perspectiva crítica, dialética e materialista, que compreenda as opressões como relacionais, estruturais e históricas — e não apenas como experiências subjetivas ou marcadores identitários. Nesse sentido, o diálogo entre marxismo e decolonialidade torna-se essencial para apreender como as formas de exploração de classe se articulam e se reproduzem conjuntamente com o racismo, o sexismo e a cisheteronormatividade enquanto tecnologias de poder moldadas pela colonialidade.

O marxismo, particularmente em sua vertente crítica latino-americana, oferece ferramentas fundamentais para analisar a totalidade social e os mecanismos de reprodução da desigualdade, entendendo que a luta de classes é atravessada por múltiplas formas de dominação (Iamamoto, 2008). No entanto, o marxismo clássico, sobretudo em sua leitura eurocentrada, negligenciou a centralidade da raça e do gênero como categorias estruturantes da acumulação capitalista global. Como alerta Ângela Davis (2016, p. 110), “a opressão das mulheres negras não é uma simples questão de identidade, mas um entrelaçamento entre exploração de classe, racismo e patriarcado que estrutura a base do capitalismo moderno”.

É nesse ponto que os aportes decoloniais contribuem para tensionar e ampliar a leitura marxista. Quijano (2005), ao formular a categoria “colonialidade do poder”, demonstra que o capitalismo mundial moderno não apenas incorporou a raça como princí-

pio organizador do trabalho e da vida social, mas também impôs um padrão de conhecimento eurocentrado que inferioriza e apaga saberes, corpos e experiências não brancas e não ocidentais. A colonialidade, portanto, não é um resquício do passado, mas uma dimensão constitutiva do presente capitalista.

Essa perspectiva é aprofundada por Lugones (2014), que denuncia o sistema moderno-colonial de gênero como instrumento da dominação colonial, em que a imposição do binarismo sexual e da heteronormatividade foi parte da estratégia de subordinação dos povos racializados. Para Lugones, o gênero não é neutro nem universal: ele é racializado desde sua origem, sendo imposto violentamente como parte do processo de colonização. Assim, os corpos trans, especialmente os corpos trans negros e indígenas, desafiam não apenas as normas de gênero, mas a própria fundação epistêmica da modernidade capitalista-colonial.

Nesse diálogo entre marxismo e decolonialidade, a interseccionalidade crítica permite compreender como as múltiplas opressões são organizadas materialmente pelo capital e epistemicamente pelo eurocentrismo. Tal compreensão rompe com as visões fragmentadas e idealistas que isolam a questão racial, de gênero ou sexualidade da luta de classes, e propõe uma leitura que as articula como formas simultâneas e co-constitutivas de dominação.

Do ponto de vista da intervenção profissional em Serviço Social, isso significa reconhecer que as expressões da questão social — como o desemprego, a violência institucional, a negação de direitos — incidem de forma qualitativamente distinta sobre sujeitos que ocupam lugares interseccionais de subalternidade.

Portanto, a interseccionalidade crítica proposta neste trabalho se ancora na totalidade concreta da vida social, articulando a denúncia das múltiplas opressões à análise dos processos históricos de expropriação, subalternização e silenciamento que marcam a vida de pessoas trans, negras, indígenas e periféricas. Esse é um caminho necessário para que a luta pela emancipação humana seja, de fato, coletiva, radical e anticapitalista.

Serviço Social e o enfrentamento das opressões estruturais

O Serviço Social brasileiro, especialmente após a virada crítica consolidada nos anos 1980, assumiu um posicionamento político e teórico fundamentado no materialismo histórico-dialético, o que permitiu à profissão romper com o tecnicismo funcionalista e com os resquícios conservadores herdados da sua gênese atrelada à doutrina social da Igreja. Com isso, passou a compreender a sua prática como expressão da luta de classes

e mediação contraditória na relação entre Estado e sociedade civil, ancorando-se em um projeto ético-político voltado à emancipação humana, à defesa dos direitos sociais e à construção de uma nova sociabilidade, para além do capital (CFESS, 2021; lamamoto, 2008).

Nesse contexto, compreender e enfrentar o racismo, a cisheteronormatividade e a transfobia enquanto opressões estruturais e constitutivas da ordem capitalista torna-se imperativo. O projeto ético-político do Serviço Social é incompatível com qualquer forma de naturalização das desigualdades e violências de gênero, raça, classe e sexualidade. No entanto, essa incompatibilidade não se resolve por meio da neutralidade técnica ou da filantropia. Como destaca Paulo Netto (1996), o compromisso da profissão com a classe trabalhadora exige o enfrentamento teórico e prático da totalidade das expressões da questão social, cujas determinações são inseparáveis da exploração de classe, do racismo estrutural e da opressão de gênero.

Dessa forma, a atuação profissional precisa ser guiada por uma análise crítica da realidade social concreta, que compreenda as múltiplas determinações que atravessam os sujeitos atendidos pelas políticas sociais. A população trans negra, por exemplo, ocupa um lugar de extrema vulnerabilidade socioeconômica e simbólica, em decorrência da intersecção entre racismo, transfobia e pobreza. Segundo o Dossiê da ANTRA (2023), mais de 90% das pessoas trans no Brasil não estão no ensino superior, e cerca de 80% têm como única alternativa de sobrevivência a prostituição, em razão da exclusão sistemática dos espaços formais de trabalho, saúde e educação.

Ignorar essas determinações na prática profissional é reproduzir o apagamento histórico dessas vidas e reforçar a lógica do assistencialismo e da culpabilização individual. A práxis do Serviço Social, portanto, deve se orientar por uma ética antirracista, anticisnormativa e anticapitalista, o que significa não apenas reconhecer os direitos dessas populações, mas tensionar as estruturas que os negam.

Ademais, conforme observado na construção desta transcrição, afirma-se que é fundamental compreender que o Serviço Social se insere em uma conjuntura que é marcada pelo avanço de forças ultraconservadoras, nas quais direitos historicamente conquistados têm sido continuamente tensionados e ameaçados por projetos políticos de caráter autoritário, misógino, racista e LGBTfóbico. Diante desse cenário, impõe-se ao/a assistente social o fortalecimento de práticas de resistência, a intensificação do diálogo com os movimentos sociais e a defesa firme dos princípios da liberdade, da diversidade e da democracia. A atuação ética e crítica não pode ser limitada à neutralidade institucio-

nal ou ao cumprimento burocrático das normativas técnicas: ela deve ser compromisso ativo à transformação da realidade social.

Portanto, o enfrentamento das opressões estruturais no Serviço Social exige uma práxis fundamentada na totalidade social, comprometida com a ruptura da lógica capitalista e com a construção de alternativas coletivas e emancipatórias. É necessário superar os limites da mera gestão da pobreza e da “inclusão possível” dentro da ordem vigente, para afirmar uma prática que contribua para o reconhecimento e valorização das identidades dissidentes, para a luta antirracista e antitransfóbica, e, sobretudo, para a radicalização da democracia

Considerações Finais

O aprofundamento das desigualdades sociais no contexto da sociabilidade capitalista brasileira — marcada por sua historicidade colonial, patriarcal e racializada — impõe ao Serviço Social o desafio de manter e radicalizar seu compromisso com a transformação social, com a emancipação humana e com a defesa intransigente dos direitos das populações subalternizadas. Neste artigo, buscou-se demonstrar que o racismo e a transfobia não são fenômenos isolados ou desvios comportamentais, mas dimensões estruturais da lógica de acumulação do capital, operando como mecanismos centrais de exclusão, controle e eliminação de corpos dissidentes, especialmente os corpos trans e racializados.

A articulação entre as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade precisa ser compreendida a partir de uma abordagem interseccional crítica, ancorada nas categorias do materialismo histórico-dialético e nas epistemologias decoloniais. Essa abordagem permite desvelar os nexos entre a exploração econômica e as formas de dominação simbólica e institucional, apontando para a funcionalidade do racismo e da cisnormatividade na manutenção da ordem capitalista. Assim, a interseccionalidade não deve ser tratada como mero acúmulo de marcadores identitários, mas como uma categoria de análise que explicita a materialidade histórica das opressões.

Nesse sentido, o Serviço Social — enquanto profissão inserida nas contradições do Estado burguês — não está imune aos desafios ético-políticos que emergem da luta contra as múltiplas formas de violência e exclusão. A atuação profissional crítica exige, portanto, um posicionamento explícito e ativo contra a LGBTfobia, o racismo e todas as formas de opressão, superando a lógica da neutralidade técnica e da adaptação institucional. É necessário fortalecer as estratégias de resistência, o diálogo com os movimen-

tos sociais e a produção de conhecimento comprometida com a emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados. Além disso, a luta antirracista e antitransfóbica no interior do Serviço Social deve ser entendida como parte integrante da luta de classes, pois a estrutura social brasileira naturaliza a precarização e a morte de determinados corpos como elementos funcionais ao sistema. A radicalização do projeto ético-político do Serviço Social passa, portanto, pelo enfrentamento dessas violências e pela construção de uma práxis que seja, ao mesmo tempo, crítica, coletiva e transformadora.

Por fim, afirmar a centralidade das discussões sobre transgeneridade e racismo na formação e no exercício profissional do Serviço Social é afirmar a relevância de uma profissão que se quer comprometida com os processos de ruptura da ordem capitalista e com a construção de uma sociedade pautada na justiça social, na liberdade e na dignidade humana. O reconhecimento da dignidade de corpos trans negros não é apenas um imperativo ético, mas um horizonte político que aponta para a necessidade de reinventar o presente em direção a um futuro verdadeiramente emancipador.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. (org.). *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*. São Paulo: EDUC, 2021.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2022*. São Paulo: ANTRA, 2023.

BENEVIDES, B. G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: ANTRA, 2024.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Garamond, 2006.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 2021.

CHAUÍ, M. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 8)

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, ano 10, n. 1, jan. 2002.

DAVIS, Â. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, G. G.; IRINEU, B. A. *Diversidade sexual e de gênero e marxismo*. São Paulo: Cortez, 2024. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-9,3 p. 69-82, jan./jun. 1988.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2026.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, T. A. A. *Violência econômica e extra econômica: uma análise das violências contra travestis e transexuais na cidade de São Paulo*. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

Recebido em: 08 de abril de 2025

Aprovado em: 09 de fevereiro de 2026